

Caminhos da reconstrução

ANTONIO DIAS LEITE

I - Oportunidade da Discussão

A crise que vivemos terá o seu desfecho no futuro próximo. A partir daí é que se iniciará o processo de recuperação econômica e uma nova etapa do aperfeiçoamento da organização social do País. A prevalecer, como parece, sentimento de responsabilidade coletiva no processo político em curso, é bem possível que se chegue a bom termo na definição de novo rumo do País que mereça aprovação da sociedade. A discussão, desde já, de diretrizes, poderá, por sua vez, influir no sentido do melhor encaminhamento das soluções para a própria crise, se é que ainda há tempo para revisões.

Isso não significa que se acredite possa haver apoio generalizado para qualquer proposição específica. Basta ler o que se tem escrito e atentar para o que se tem dito sobre cada um dos aspectos elementares e parciais dos problemas econômicos e sociais do País, para avaliar a dispersão de idéias e a profunda divergência, tanto na crítica da história recente como na apresentação de soluções.

O debate tem sido negativamente afetado pela informação incompleta. E muita gente foi induzida a interpretações infelizes por ter tomado por base dados puros e simplesmente incorretos. O debate tem sido tenso, o que é devido ao próprio sentimento de responsabilidade, e muitas das proposições, de aplicação imediata, implicam opções fundamentais não explícitas, que envolvem aspectos da maior gravidade para a sociedade.

Acreditamos que seja útil e oportuno passar em revista o quadro, procurando representar, sem distorções intencionais, os principais aspectos da crise. E que vale a pena sistematizar as base da discussão, mesmo que isso envolva uma disposição didática que importe em repetir conceitos por demais conhecidos.

É o que se pretende realizar na série de artigos que hoje tem o início, na convicção de que é fundamental que se pense no futuro, procurando identificar para onde vamos, ou para onde queremos ir, e por quais caminhos podemos lá chegar. A escolha nítida de um objetivo a longo ou, pelo menos, médio prazo, evitará decisões do dia-a-dia como diretriz de ação governamental. Com isso, não se quer dizer que é o momento de impor mais sacrifícios com a contrapartida de uma eventual recuperação futura. Mas, tão-somente, que na falta de definição de objetivos, é muito possível que se tomem frequentemente decisões contraditórias e até autodestrutivas.

A contingência de crise em que vivemos, não só nós, mas todo o mundo, não fará certamente pensar com mais humildade, e aceitar com naturalidade objetivos mais modestos e principalmente, reconhecer a necessidade inexorável de fixar prioridades e de manifestar opções, uma vez que não é possível alcançar todos os objetivos julgados úteis ou justos, muitos deles contraditórios no contexto de uma política econômica global.

Em relação a alguns aspectos do problema, deverá ser reconhecido, com clareza e com informação completa, o que é econômica ou administrativamente possível, principalmente levando em conta a nossa limitação de recursos humanos preparados para as tarefas que exige uma sociedade moderna.

Sob outro ângulo, as opções políticas determinadas por exigências partidárias, reivindicações regionais ou de grupos ou classes, imporão o balizamento do caminho viável.

Como sempre acontece, quando se procura definir os objetivos com muita precisão, é provável que se perca o apoio de parcelas significativas de opinião. Ao contrário, quando se quer ampliar o campo de apoio da opinião, é necessário definir os objetivos de forma menos nítida.

A solução é fácil quando se trata — como se tem feito usualmente — de oferecer soluções no domínio da especulação, sem nenhuma responsabilidade quanto à sua viabilidade, dando lugar com a promessa do impossível, a movimentos de opinião frequentemente populares, porém irreais. Não será útil, outrossim, definir com extrema rigidez e coerência, sistema que só possa ser aprovado por poucos. Na escolha de um elenco definido de ideais e objetivos, a dificuldade está, portanto, em compatibilizar o mais amplo apoio da sociedade com definições suficientemente precisas que tornem operacional, coerente e eficiente o sistema.

A solução virá, certamente, dentro da tradição brasileira não radical. Mas, por mais que se espere a possibilidade de convergência nas definições, há que contar com o inconformismo de determinadas correntes, que colocarão obstáculos, até com o emprego da violência, com o objetivo de fazer prevalecer, neste ou naquele ponto, a sua preferência, ou a determinação de modificar o regime como um todo.

Na abertura de novos caminhos do desenvolvimento do País é necessário reiterar o objetivo de crescimento econômico. Essa há de ser a opção brasileira sendo um equívoco pensar-se que aqui se aplicaria qualquer coisa que pareça com o crescimento zero preconizado para várias nações européias. Continuamos pobres apesar do desenvolvimento verificado no passado recente, e continuamos a sustentar um forte crescimento demográfico. O Brasil sem crescimento econômico é um país inviável. O pressuposto do crescimento não significa, todavia, que deva ser repetido o que já se fez em outra conjuntura nacional e internacional. Há que considerar as limitações externas, as novas atitudes e concepções da sociedade e a interpretação crítica dos desvios ocorridos.

No estabelecimento das metas de crescimento econômico, há de-se levar em conta, também, a convicção que hoje se tem, de que é impossível, ao mundo todo, alcançar o nível de riqueza atingido pelas nações de vanguarda. É mesmo provável que muitos dos países ricos entrem em declínio. Dado o limitado progresso nos resultados do diálogo Norte-Sul, é provável também que numerosas nações pobres permaneçam no estado de miséria absoluta por muito tempo.

É importante ter em mente, nesse contexto de dificuldades, que todo o esforço deve ser realizado para reter a riqueza acumulada, evitar que, no processo de reorientação da economia, ocorra o descarte do patrimônio de construções, instalações e organizações, constituído com tanto sacrifício, e preservar o muito que existe de positivo e eficiente em nossas estruturas e que possa servir de alicerce para a reorientação da economia nacional.

Há, pois, que evitar novos prejuízos. Já é suficiente ter de contar com as consequências da alta do petróleo e da elevação da taxa de juros no mercado internacional. Essas duas ocorrências ocasionaram perda real da substância da economia nacional. A partir do novo nível de renda, mais baixo, é que se iniciará a retomada do crescimento econômico global.

No projeto de reconstrução da economia nacional que se faz urgente, há que considerar, desde o início:

— os objetivos fundamentais da atividade econômica, em termos de suprimento de bens e serviços, em quantidades físicas, para o mercado interno e para exportação; e

— os tipos de organização mais adequados à sociedade brasileira no futuro próximo.

A política nacional terá, por outro lado, como requisito indispensável, o pleno emprego da força de trabalho disponível e terá de fundar-se sobre recursos naturais internos: solo e subsolo do País. Há que voltar a dar ênfase à produção de arroz e feijão e abandonar a obsessão pelos ágios e deságios, margens e resultados financeiros tomados como objetivo da atividade econômica.

Essa quantificação e especificação dos empregos a criar e dos gêneros alimentícios e outras necessidades básicas a suprir são parte essencial do exame e da definição de uma nova política econômica e financeira.

Não só na utilização dos recursos naturais, como no processo de industrialização, haverá que ser dada ênfase à questão da eficiência e da competitividade em termos internacionais. E isto nos reconduz ao problema do trabalho. É imperioso recuperar o tempo perdido na preparação e no treinamento, desde cedo, dos brasileiros, para a grandeza da tarefa que está à sua frente e para que tenham capacidade de realizar a sua própria ascensão social e a de cada um dos seus.

Para que isso possa acontecer, em termos de formação básica e de competência profissional, é necessário, também, que se constitua clima de confiança no futuro, e de esperança, que induza e estimule cada um a dar o melhor do seu esforço para a reconstrução do País.

A época é propícia para que seja repensada a política econômica. Instala-se, depois das eleições de 1982, a diversidade de partidos no governo de vários Estados, no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas. A participação das oposições, de forma significativa, no Congresso Nacional e a ocupação de cargos executivos, em vários níveis, reforçam a importância das idéias que vão surgindo.

As formas de tratar dos problemas de governo, locais ou regionais, e de renovar a administração serão, em parte, bem e, em parte, malsucedidas. Não importa. Elas criam um clima de revisão, no qual se inclui, de forma preponderante, o quadro no qual se deverá formular novo plano de desenvolvimento econômico e social do País.

Caberá aos que atualmente têm a principal responsabilidade, seja no Poder Executivo Federal seja no Congresso, promover revisão e atualização de posições, tanto em termos de condução da política econômico-social como de administra-

ção pública. Se isso não ocorrer, a renovação virá através de uma transferência para novas lideranças, se estas forem, por sua vez, capazes de traduzir, de forma objetiva e executável, programas ainda apenas embrionariamente definidos.

Paralelamente à presença, em cargos executivos, de políticos, que estiveram por longos anos restritos à representação das oposições no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, deslocaram-se, do campo acadêmico para a função pública, vários economistas, críticos da política econômica em curso, bem como do passado recente. Terão eles de se defrontar agora, com as imposições, limitações e obstáculos da vida prática. Adquirirão, por essa via nova visão da realidade. A margem dessa evolução, através da qual muitos políticos e acadêmicos, que pouca influência prática tinham na condução do País, passam a ter participação e responsabilidade efetivas, persistem, naturalmente, correntes ideológicas batalhando por modelos abstratos de uma sociedade ainda por ser construída. Não tem sido da nossa tradição política uma posição forte dessas correntes na condução dos destinos do País nem têm sido predominantes, na maior parte do tempo, teorias econômicas ortodoxas de uma ou outra escola de pensamento no comando da ação econômica do governo.

Em termos político-partidários, as manifestações durante e depois da campanha eleitoral de 1982 tiveram o mérito de trazer à tona sentimentos, anseios e, até certo ponto, também convicções da opinião pública, o que concorrerá para a melhor definição dos novos rumos do País.

Em termos de apreciação crítica, as contribuições acadêmicas, na sua maioria realizadas com seriedade e competência profissional, embora algumas com excessiva rigidez ideológica, serviram para provocar a atenção, esclarecer diversos aspectos da economia nacional, o que está sendo do maior valor, quando se tenta rever a política econômica nacional como um todo. Cumpre ressaltar um aspecto que não mereceu suficiente atenção nesses escritos. Como os recursos financeiros são hoje muito limitados exatamente por causa da crise presente e da conseqüente perda sofrida, será imprescindível aplicar, com eficácia, tais recursos para que, de cada cruzado aplicado, resulte, no prazo mais curto, o maior benefício em termos de acréscimo de produção. É pensando na questão do desperdício que nos parece que não podemos deixar de tomar como ponto de partida a utilização das construções, instalações e estruturas que fomos montando ao longo da história e, principalmente, no período de rápido crescimento econômico que tivemos a oportunidade de usufruir, acompanhando o período de grande atividade de todo o mundo. Nesse período, o Brasil mudou de escala, embora o tenha feito à custa de distorções que agora cumpre reorientar.

O que nos anima agora é que, a partir dessa nova escala, as reformas que se fazem necessárias podem ser realizadas mediante modificações parciais, dentro do quadro político, econômico e social vigente, baseado no potencial da iniciativa privada, na cooperação da empresa pública, com intervenção do Estado em diversas fases ou setores da atividade econômica, e na participação do capital externo com limitações.

Os aspectos a corrigir não envolvem, necessariamente, uma mudança do sistema econômico prevalente. O que fazia falta era um desarmamento de espíritos que, diante da gravidade da crise e da dispersão de responsabilidade hoje se manifesta.

O que se discutirá é a velocidade com que se pretende erradicar a extrema miséria: são as limitações mais ou menos estritas para o capital externo; as características dos setores de intervenção governamental que, de fato, se justificam e possam ser eficientes, e a identificação daqueles que devem ser cancelados, por terem demonstrado a sua ineficácia ou inconveniência; as empresas públicas que têm papel fundamental e aquelas que são irrelevantes ou prejudiciais e representem, de fato, um complicador da administração pública. E o que se discutirá, ainda, é como a iniciativa privada possa readquirir independência, abstendo-se o governo de tutelar essas empresas, cuja administração se transformou, em alguns casos, no exercício de simples delegação de poderes. É preciso, portanto, reforçar a participação da iniciativa privada, principalmente porque o País necessita de idéias novas e espírito criativo para superar os obstáculos e é da livre iniciativa dos homens que se pode esperar tal contribuição. E o que já se discute e se continuará a discutir é como superar a crise para que possa ser iniciada a reconstrução.

Nos próximos artigos pretendemos examinar os principais aspectos parciais da economia nacional.

* Antonio Dias Leite é profissional liberal e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.